



Direito Tributário

Aula 07

Imunidade Tributária

André Portella



Estrutura do Módulo

1. Definição
2. Características
3. Classificação
4. Institutos afins
5. Imunidades em espécie



Imunidade: definição

- * A imunidade deve ser entendida no contexto da competência tributária
- * Trata-se de uma limitação ao poder de tributar, ao lado dos princípios tributários
- * Implica a anulação da competência no tocante a determinadas situações ou determinadas pessoas



Imunidade: definição

*** Imunidade é norma de estrutura de natureza constitucional que limita o poder de tributar, de forma a excluir determinadas pessoas ou determinadas situações do âmbito da competência**



Imunidade: características

- * **Norma de estrutura**
- * **Natureza constitucional**
- * **Eficácia Plena**
- * **Delimitação de competência tributária**
- * **Exclusão de pessoas ou situações**



Imunidade: classificação

- * **Imunidades subjetivas**

- * **Imunidades objetivas**



Imunidade: institutos afins

- * **Imunidade**
- * **Isenção**
- * **Alíquota-zero**
- * **Não-incidência**



Imunidade e Isenção

*** Parâmetros distintivos**

a) Quanto à fonte normativa

b) Quanto ao destinatário da norma

c) Quanto à revogabilidade (STF: cláusula pétrea)



Prova: VUNESP - 2014 - TJ-SP - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento

Assinale a alternativa correta com a diferença entre isenção e imunidade.

- a) Isenção e não incidência são iguais, já a imunidade assemelha-se à chamada alíquota zero.
- b) A isenção é criada por decreto do chefe do Executivo, já a imunidade é criada por decreto legislativo.
- c) Isenção somente se refere a taxas e contribuições, já a imunidade abrange todos os tipos de tributos.
- d) Isenção é prevista em lei, já a imunidade é constitucionalmente estipulada.





Imunidades em espécie

- * Imunidades relativas aos impostos
- * Imunidades relativas às taxas
- * Imunidades relativas às contribuições sociais e CIDE



Imunidades em espécie

*** Não há imunidades relativas a:**

- empréstimo compulsório**
- contribuições de melhoria e**
- contribuições profissionais**



Imunidades relativas aos impostos

* Imunidades relativas aos impostos

a) Subjetivas

b) Objetivas



Imunidades relativas aos impostos

*** Imunidades Subjetivas (CF/88, art. 150, VI):**

- a) Recíproca (Entes Políticos, Autarquias e Fundações)**
- b) Templos de qualquer culto**
- c) Partidos políticos e suas fundações**
- d) Entidades sindicais dos trabalhadores**
- e) Instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos**



Imunidades relativas aos impostos

* Imunidades Subjetivas: aspectos comuns

- Patrimônio, a renda e os serviços
- Relacionados com as finalidades essenciais das entidades



Imunidades relativas aos impostos

* Imunidades Subjetivas: aspectos comuns

- A exploração do patrimônio destas entidades poderá considerar-se imune, se o valor for aplicado nas suas atividades essenciais (STF, Súmula 724)



Imunidades relativas aos impostos

STF, Súmula 724: Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, c, da Constituição, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades.



Imunidades relativas aos impostos

* Observações específicas: Imunidade Recíproca

a) Não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis aos empreendimentos privados, ou em que haja pagamento de preço ou tarifa pelo usuário



Imunidades relativas aos impostos

- * **Observações específicas: Imunidade Recíproca**
 - b) Não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao imóvel**



Imunidades relativas aos impostos

~~STF, Súmula 74: O imóvel transcrito em nome de autarquia, embora objeto de promessa de venda a particulares, continua imune de impostos locais.~~

STF, Súmula 75: Sendo vendedora uma autarquia, a sua imunidade fiscal não compreende o imposto de transmissão "inter vivos", que é encargo do comprador.



Imunidades relativas aos impostos

STF, Súmula 584: Promitente-comprador de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia é contribuinte do imposto predial territorial urbano.



Imunidades relativas aos impostos

* Observações específicas: Imunidade Recíproca

c) Discussão relativa à aplicação sobre sociedades de economia mista e empresas públicas

- STF, Súmula 76 (13.12.1963): “As sociedades de economia mista não estão protegidas pela imunidade fiscal do Art. 31, V, "a", Constituição Federal”

- STF: “empresas públicas como instrumentos de participação do Estado na Economia” (Correios, Infraero, DOCAS, etc.)



Imunidades relativas aos impostos

* Observações específicas: partidos, sindicatos, instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei (CTN, art. 14)

a) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título

b) aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão



Imunidades relativas aos impostos

*** Observações específicas: Entidades de assistência sem fins lucrativos e entidades fechadas de previdência complementar**

STF, Súmula 730: A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, c, da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.





Imunidades relativas aos impostos

* Imunidades objetivas:

- a) livros
- b) fonogramas e videofonogramas
- c) IPI exportação
- d) ICMS exportação
- e) ICMS petróleo e energia – operações interestaduais
- f) ITR
- g) Ouro – ativo financeiro: incide apenas IOF
- h) ITIV na transmissão imóveis para integralização
- i) transferência de imóveis para reforma agrária



Imunidades relativas aos impostos

*** Imunidade das operações com livros, jornais periódicos e o papel destinado à sua impressão (CF/88, art. 150, VI, d):**

- “Imunidade cultural” ou “imunidade de imprensa”**
- “papel destinado à sua impressão” (STF, Súmula 657)**
- irrelevância do conteúdo**
- irrelevância do formato**



Imunidades relativas aos impostos

*** STF, Súmula 657: A imunidade prevista no art. 150, VI, d, da CF abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.**



Imunidades relativas aos impostos

*** Imunidade das operações com fonogramas e videofonogramas musicais (CF/88, art. 150, VI, d)**

- “Imunidade musical”**
- incluída pela EC 75/2013, de 15.10**
- produzidos no Brasil**
- obras musicais ou literomusicais**
- autores brasileiros e/ou intérpretes brasileiros**
- suportes materiais ou arquivos digitais**
- salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser**



Imunidades relativas aos impostos

*** STF, Súmula 662. É legítima a incidência do ICMS na comercialização de exemplares de obras cinematográficas, gravados em fitas de videocassete.**



Imunidades relativas aos impostos

*** Imunidade das operações de exportação, matéria de IPI (art. 153, §3º, III, CF) e ICMS (art. 155, §2º, X, a, CF)**



Imunidades relativas aos impostos

*** Imunidade das operações interestaduais com petróleo e energia em matéria de ICMS (art. 155, §2º, X, a, CF)**



Imunidades relativas aos impostos

* Imunidade das pequenas glebas rurais em matéria de ITR, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel (art. 153, §4º, CF)

* “pequena gleba rural”:

a) até 30ha.

b) até 50ha: Polígono das Secas ou Amazônia Oriental

c) até 100ha: Amazônia Ocidental ou Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense



Imunidades relativas aos impostos

*** Imunidade das operações com ouro-ativo financeiro, ou instrumento cambial (art. 153, §5º, CF)**



Imunidades relativas aos impostos

*** ITIV na transmissão “inter vivos” de bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis (art. 156, §2º, I, CF):**

*** Requisitos:**

a) incorporação ou desincorporação ao patrimônio de pessoa jurídica

b) a atividade preponderante do adquirente não pode ser a compra e venda desses bens e direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil



Imunidades relativas aos impostos

*** transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária (art. 184, §5º, CF)**





Imunidades relativas às taxas

*** Imunidades necessárias ao exercício de direitos e garantias individuais fundamentais (CF/88, art. 5º), de direito civis, ou da cidadania:**

- a) Direito de petição aos poderes públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder (XXXIV)**
- b) Obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal (XXXIV)**



Imunidades relativas às taxas

- c) Proposição de Ação Popular (LXXIII)
- d) Registro civil de casamento e certidão de óbito aos reconhecidamente pobres (LXXVI, 'a' e 'b')
- e) Impetração de *Habeas Corpus* e *Habeas Data*, e prática de atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei (LXXVII)
- f) Celebração de casamento civil (CF, art. 226, §1º)
- g) Transporte coletivo urbano para maiores de 65 anos (CF, art. 230, §2º)



Imunidades relativas às contribuições

- a) Contribuição previdenciária
- b) Contribuições sociais
- c) Contribuições sociais e CIDE



Imunidades relativas às contribuições

a) Contribuição previdenciária: imunidade dos proventos da aposentadoria e pensão do RGPS (CF, art. 195, §2º)



Imunidades relativas às contribuições

b) Contribuições sociais: imunidade das entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei (CF, art. 195, §7º)



Imunidades relativas às contribuições

c) Contribuições sociais e CIDE: imunidade das receitas oriundas de operações de exportações em matéria de (CF, art. 149, §2º, I)



Prova: PUC-PR - 2014 - TJ-PR - Juiz Substituto

Sobre a imunidade tributária, é **CORRETO** afirmar:

I. A imunidade recíproca das entidades políticas pode ser estendida às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

II. A imunidade recíproca das entidades políticas não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

III. A imunidade sobre o patrimônio, a renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos não é autoaplicável, porquanto está sujeita ao preenchimento de requisitos de legitimação, entre os quais a não distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, salvo à título de divisão de lucros entre seus sócios- diretores.

IV. A imunidade que recai sobre os partidos políticos, as entidades sindicais e as instituições de educação e de assistência social não alcança as taxas e contribuição de melhorias a que poderiam estar sujeitas.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- d) Somente as alternativas III e IV estão corretas.



Prova: ESAF - 2014 - Receita Federal - Auditor Fiscal da Receita Federal - Prova 02

O entendimento do Supremo Tribunal Federal, no que toca à imunidade de que gozam as entidades beneficentes de assistência social, é no sentido de que:

- a) entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, os princípios e as diretrizes estabelecidos em lei.
- b) o estabelecimento, como uma das condições de fruição de tal benefício por parte das entidades filantrópicas, da exigência de que possuam o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, contraria o regime estabelecido na Constituição Federal.

- c) a jurisprudência do STF é no sentido de afirmar a existência de direito adquirido ao regime jurídico da imunidade das entidades filantrópicas.
- d) a exigência de renovação periódica do CEBAS, por parte das entidades filantrópicas, a cada três anos, ofende o disposto na Constituição Federal.
- e) tratando-se de imunidade – que decorre, em função de sua natureza mesma, do próprio texto constitucional –, revela-se evidente a absoluta impossibilidade jurídica de, mediante deliberação de índole legislativa, restringir a eficácia do preceito.



Prova: IESES - 2014 - TJ-PB - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimento

As imunidades tributárias consistem em normas nas quais fica proibida a tributação sobre situações ou pessoas expressamente indicadas na Constituição Federal. Conclui-se, neste sentido, que:

- a) A imunidade recíproca veda a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços de União, Estados e Municípios, excluído o Distrito Federal.
- b) As imunidades tributárias estão todas previstas no artigo 150, VI, CF, com a única exceção prevista no art.5º, LXXVI, CF, o qual estabelece a gratuidade, para os reconhecidamente pobres, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.

c) Considerando que a CF refere-se à isenções e não incidência, quando trata de imunidades, a doutrina brasileira pondera que tais expressões são sinônimas, abarcando o mesmo fenômeno tributário.

d) As fundações mantidas pelos partidos políticos e os sindicatos de trabalhadores são imunes tão somente aos impostos, de acordo com o texto constitucional, devendo tais entidades, portanto, recolher os demais tributos do sistema.



Prova: IESES - 2014 - TJ-PB - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção

São imunes do Imposto Territorial Rural, desde que atendidos os requisitos constitucionais e legais:

- I. Os imóveis rurais de instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.
- II. A pequena gleba rural.
- III. Os imóveis rurais de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

IV. A propriedade rural desapropriada por utilidade ou necessidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária até a data da perda da posse pela imissão prévia ou provisória do Poder Público na posse.

A sequência correta é:

- a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva IV está correta.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.



Prova: CESPE - 2014 - MPE-AC

Determinada faculdade particular deixou de recolher ISS por mais de três anos. Notificada pelo fisco a apresentar prova de que poderia não recolher o tributo, a referida entidade alegou que estava amparada por dispositivo constitucional autoaplicável e não apresentou qualquer outra prova.

Acerca da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

a) Lei ordinária estadual pode dispor sobre os requisitos gerais exigidos na CF para o usufruto da imunidade alegada.

- b) Trata-se de isenção de ISS, prevista na CF, por isso exclui-se a necessidade de apresentação de qualquer outra prova para o exercício do direito à isenção.
- c) Trata-se de imunidade recíproca, uma vez que entidade privada não pode ser cobrada por ente da Federação.
- d) Para usufruir da imunidade constitucional alegada, a faculdade deve demonstrar ao fisco que atende a todos os requisitos dispostos no CTN.
- e) Estando a imunidade prevista na CF, nenhuma outra norma poderá dispor sobre seu usufruto.

